

Um novo olhar sobre a não violência**A new look at nonviolence**

Recebimento dos originais: 18/04/2018

Aceitação para publicação: 23/05/2018

Wander Luiz Cardioli Rodrigues dos Santos

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Instituição: Universidade Estadual de Maringá (UEM), Campus Sede

Endereço: Avenida Colombo, 5790 - Jardim Universitário, Maringá – PR, Brasil

E-mail: wanderlcrs@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo visa caracterizar os pressupostos teóricos que sustentam a ideia de uma ação política não violenta, tema que ganha particular importância num momento em que se torna visível o aumento de protestos em vários países ao redor do globo, os quais colocam na agenda de discussão as possíveis maneiras de se estabelecer os limites legítimos para que uma ação política seja considerada democrática.

Palavras-chave: Olhar; Novo; Não violência.

ABSTRACT

This article aims to characterize the theoretical assumptions that support the idea of a non - violent political action, a subject that gains particular importance at a moment when the increase of protests in several countries around the globe becomes visible, which they put in the agenda of discussion the possible ways to establish the legitimate limits for a political action to be considered democratic.

Keywords: Look; New; No violence.

1 INTRODUÇÃO

Ponderando que tanto as coletividades quanto os indivíduos que delas fazem parte são imperfeitos, será na dinamicidade das interações humanas que haverá a possibilidade de se melhorar ambos, indivíduos e coletividades. Em decorrência, há uma necessidade de que mudanças sociais ocorram, na tentativa de resolver ou, ao menos, minimizar os muitos problemas enfrentados no convívio comum. Mesmo que nem sempre as ditas tentativas sejam exitosas, pouquíssimos serão fatalistas ao ponto de defender a insolubilidade e o abandono de questões que impactam

globalmente, tais quais: a fome, os desabrigados, o desrespeito aos direitos humanos, a destruição ambiental, os preconceitos de gênero, etnia e renda, etc.

Se alterações ocasionais nos comportamentos que norteiam a vida em comunidade são indispensáveis, o próximo passo será pensar em possíveis formas de se alcançar as mudanças desejadas. Num sentido abrangente, a política pode ser conceituada como “[...] o exercício coletivo do poder [...]” (Martin, 2006, p. 02)¹ e, diferentemente de outras possíveis opções apolíticas, será a abordagem escolhida pelo artigo. Em termos gerais, existem três maneiras de visar à mudança social por meio da política: a *política convencional*; a *violência*; a *nãoviolência*. Todas serão brevemente exemplificadas a seguir, tendo como parâmetro as alegações de Brian Martin (2006) e Doug Bond (1994).

Por *política convencional* entende-se as normas legal e oficialmente definidas para se exercer coletivamente o poder, buscando alterar a realidade sociopolítica. Atualmente o planeta encontra-se dividido em Estados-nação com governos próprios, em cada qual vigora uma legislação específica que delimita as condutas políticas tidas por usuais. As tomadas de decisões de um governo comumente ocorrem por meio de três vieses distintos: autoritário, representativo ou participatório. Antes de sair da fronteira do politicamente convencional, vale realçar que a distinção acima cumpre função teórica. Numa sociedade, a diversidade e a complexidade de estruturas, hierarquias e redes permitem que um Estado de governo representativo possa ter, ao mesmo tempo em seu seio, repartições públicas autoritárias e instituições governamentais participativas. O mesmo Estado, de governo representativo na esfera federal, pode ter também instituições estaduais ou municipais que sejam autoritárias em certos pontos e participativas em outros quesitos. São demonstrações do quanto se estende o horizonte da temática, a qual não será aprofundada aqui por requerer uma pesquisa específica².

Sucintamente, compreende-se por *violência* o uso da força física contra a vida de seres humanos para atingir mudanças sociais. No plano dos Estados-nação, a violência se manifesta por meio de guerras entre forças armadas que almejam incapacitar e sobrepujar os inimigos. Frações das forças armadas de um único país também podem batalhar internamente pelo controle político do aparelho estatal ou simplesmente destituir, pela ameaça do uso da força militar, um governo civil. No plano da população ordinal, desafiante de um dado governo, a partir do apoio de setores sociais, podem desencadear um conflito armado. Em geral, opta-se inicialmente pela guerrilha devido à elevada discrepância de poder político, econômico e bélico entre as partes; o que

¹ Todas as passagens em línguas estrangeiras são traduções livres de minha responsabilidade.

² Para aprofundamento na problemática, vide: Carole Pateman (1992); Lígia Lüchmann (2011); Nadia Urbinati (2006); Robert Dahl (2005); Robert Dahl (2012).

posteriormente pode vir a ser uma guerra civil entre dois exércitos regulares, caso os guerrilheiros conquistem apoio político e recursos materiais para tanto. Ataques contra a vida de civis também são procedimentos colocados em prática ao se buscar a mudança social por meio da violência, como no caso do genericamente chamado terrorismo. Contudo, a violência contra civis pode partir dos próprios Estados, quando cidades são indiscriminadamente bombardeadas com armas químicas ou no caso de genocídio contra determinado grupo da sociedade por causa de certas características peculiares ao mesmo.

Por sua vez, a *não violência* pode ser conceituada como métodos para que indivíduos e grupos possam agir politicamente sem recorrer à violência, sendo que tais métodos não se enquadram no rol dos comportamentos políticos usuais legalmente estipulados. Passeatas, bloqueios, vigílias, palestras, greves, boicotes, ocupações, jejuns e a formação de governos paralelos são todos exemplos de possíveis ações não violentas, desde que não aceitas pela legislação. Apesar de terem a mesma validade para manifestações individuais ou coletivas, certamente que o efeito sociopolítico da ação não violenta aumenta conforme o crescimento do número de manifestantes. Diferentemente do que se pode pensar, dependendo da noção de não violência adotada pelo movimento social, os participantes da ação não violenta não precisam aceitar filosofias de vida ou abraçarem o altruísmo. Em suma, a não violência trata de certos atos não convencionais para intervir direta e politicamente que, estrategicamente combinados num plano de ação, fazem com que seus agentes exerçam o poder político que detêm enquanto integrantes de uma sociedade.

As principais razões da preferência pela violência envolvem: (a) o saber histórico por séculos acumulado sobre a violência, em oposição à incipiente atenção voltada para a não violência – especialmente após o processo de independência da Índia; (b) a manifestação regular e legitimada da violência, por meio das forças estatais de segurança, nas relações internas e externas dos Estados-nação; (c) a errônea percepção de que a prática da não violência imprescindivelmente requer prévio comprometimento religioso, moral ou ideológico; (d) o desconhecimento do caráter ativo da não violência pela falta de difusão das discriminações entre a mesma e outras maneiras de posicionamento pessoal que prezam ideias como a inatividade, a passividade ou a abstenção da interferência direta na realidade social (Martin, 2006; Schock, 2003). Por conseguinte, enquanto meio para que os cidadãos exerçam efetivamente seu poder sócio político objetivando mudanças sociais, a não violência terá aqui espaço privilegiado, com a finalidade de ponderar sobre suas teorias e práticas.

Antes de prosseguir e aprofundar o acima exposto, em consonância com o **Dicionário Cambridge** (2016), cabe deixar claro que o termo *não violência*, assim escrito, expressa não apenas a mera ausência ou abstinência de violência visando fins políticos (*non-violence* em inglês, que será expressa aqui com a grafia ordinal: *não violência*); mas compreende também o uso de métodos específicos para causar mudanças políticas, motivo pelo qual se optou pela manutenção de uma tradução mais aproximada e literal do correspondente termo anglo-saxão *nonviolence*. Mais ainda, pode-se aprofundar a distinção fornecida pelo dicionário adicionando-se a percepção de que a não violência se reporta sempre a um ideário normativo, responsável por nortear os agentes políticos no emprego dos métodos não violentos na realidade histórica. Por um lado, a *não violência* engloba atos isolados ou esporádicos e sem planejamento, realizados por indivíduos ou grupos desestruturados que resistem politicamente sem causar dano físico a outrem; por outro lado, a *não violência* requer considerável organização coletiva, ampla consciência das estratégias e dos objetivos por parte de seus integrantes, além de minucioso planejamento das intervenções políticas, mesmo nas intervenções executadas por somente um indivíduo (McCarthy & Kruegler, 1993; Schock, 2003).

Observa-se ainda que a não violência desdobra-se em duas vertentes: a não violência de princípios (*principled nonviolence*), pautada em princípios éticos ou religiosos; e a não violência pragmática (*pragmatic nonviolence*), que se reporta unicamente a questões de cunho materialista, sejam elas políticas, econômicas, sociais ou culturais. As duas dimensões da não violência serão posteriormente diferenciadas em seus pormenores, porém ressalta-se que de agora em diante o simples uso do vocábulo não violência referir-se-á a ambas vertentes, ao passo que a não violência de princípios será sempre e unicamente assim nomeada. Já as expressões: resistência política não violenta, resistência civil, resistência popular, luta não violenta, conflito não violento, ação não violenta, desafio político, desafio cívico, desobediência social; serão aqui utilizadas como sinônimos para a não violência pragmática, exceto quando os próprios autores mencionados ou transcritos definirem e conceituarem as nomenclaturas de sua preferência.

Outra distinção que precisa ser estabelecida de antemão envolve o reconhecimento das especificidades que caracterizam a não violência em comparação com o pacifismo. Na concepção de Dustin Howes (2013, p. 428), o pacifismo “[...] se refere a uma posição ideológica distinta na história do pensamento religioso, ético e político. [...]”, que faz da participação em cenários violentos algo moralmente inaceitável ao pacifista. Tal asserção ideológica, que condena *a priori* a violência, pode ser traduzida empiricamente em comportamentos sociais ativos ou passivos. Posto que a noção central do pacifismo “[...] é o princípio da rejeição do uso da violência física na vida pessoal e política. [...]” (Howes, 2013, p. 428), tal noção não implica forçosamente em intercessões

políticas diretas. Logo, depende do discernimento de cada pacifista a via pela qual será exteriorizada sua convicção contrária à violência, que varia desde a abstenção da política até o ativismo frequente.

Em poucas palavras, a não violência pode ser retratada como um meio para desempenhar pressões políticas, econômicas, sociais, emocionais ou morais contra oponentes que comumente ocupam posições de mando na hierarquia social e recebem consentimento da sociedade para decidir acerca de questões do interesse coletivo. Sua execução abrange estratégias, mecanismos e métodos especificamente voltados para a intervenção concreta na realidade sociopolítica, visando sua transformação (Schock, 2003). Enquanto meio singular, consciente e estratégico de ação direta, iniciou-se como desdobramento do posicionamento ativo de pacifistas que “[...] avançaram e desenvolveram uma forma distinta de prática política, diversamente chamada de não-resistência, não violência, *ahimsa*, força espiritual (*soul force*) e *satyagraha*. [...]” (Howes, 2013, p. 429), mas com o passar do tempo tornou-se objeto de reflexões exclusivas. Exemplificando a multiplicidade de possíveis usos, os apreciadores da não violência podem ser religiosos fervorosos almejando a conversão de infiéis, pacifistas convictos buscando melhorar eticamente as relações sociais ou ateus inconformados ambicionando mudanças políticas.

Por último, sublinha-se que *não resistência passiva* (*passive non-resistance*) e *resistência passiva* (*passive resistance*)³ não equivalem a *resistência civil* (*civil resistance*) ou *não violência pragmática* (*pragmatic nonviolence*) por questões de cunho prático. Na acepção de Kurt Schock (2013, p. 277), *não resistência passiva* (*passive non-resistance*) implica tão somente a “[...] não cooperação com e não participação em instituições baseadas na violência [...]”; ao passo que *resistência passiva* (*passive resistance*) se refere a ações cotidianas não organizadas ou não coordenadas por indivíduos oprimidos que tentam resistir sem causar danos físicos aos adversários (Schock, 2003). Assim sendo, cabe distinguir que *resistência civil* (*civil resistance*) ou *não violência pragmática* (*pragmatic nonviolence*) reporta-se ao conjunto de estratégias e técnicas de ação individual ou coletiva para intervenção direta na realidade empírica, visando alterar efetivamente o *status quo* sociopolítico vigente. “[...] Não há nada passivo ou evasivo na resistência não violenta, pois ela é um ativo e explícito meio de processar conflitos com oponentes [...]” (Schock, 2003, p. 707), motivo pelo qual Mohandas Gandhi refutou o uso do adjetivo *passiva* para se referir à *satyagraha*⁴.

³ Assentadas na *não violência* (ênfase na grafia em separado).

⁴ Segundo Stuart Gray e Thomas Hughes, a expressão *satyagraha* origina-se da combinação entre *sat* (verdade ou verdadeira essência) e *agraha* (firmeza). “[...] O termo foi o resultado de uma competição que Gandhi organizou por

Estabelecidos alguns fundamentos da resistência civil, poder-se-á identificar e organizar as mais relevantes tendências recentes de compreensão da não violência a partir das orientações metodológicas fornecidas pela História dos Conceitos. A intenção de Quentin Skinner, Reinhart Koselleck, Peter Laslett, John Pocock, John Dunn e outros autores, que escreveram entre o fim da década de 1950 e durante a década de 1960, era expor a necessidade de se correlacionar, quando da investigação científica de autores e seus livros, tanto o contexto histórico quanto o âmbito no qual o autor se inseria em tal contexto (Palonen, 2002). Dessa forma, os autores em questão defendem que se pesquise o passado a partir de seus próprios paradigmas e salientam que qualquer escrito, de qualquer autor, não se encontra imune à interferência dos fatos e das formas de pensar típicas de certa conjuntura histórica (Silva, 2010).

De cunho teórico e bibliográfico, o trabalho intenta lançar luz sobre autores da Ciência Política e de áreas afins do conhecimento humano que procuram fundamentar a legitimidade e a eficácia de formas de participação e resistência política que não fazem uso da violência. Assim, o primeiro passo será buscar por autores cujos pensamentos tenham resultado em relevantes contribuições aos debates sobre a não violência. Já num segundo momento, será apresentado o âmbito de discussão a respeito das atuais possibilidades normativas e práticas da ação não violenta. Enfim, o encerramento condensará todo o exposto, visando estipular as questões que norteiam o pensar e o agir dos adeptos da luta não violenta.

2 ORIGENS TEÓRICAS DA NÃOVIOLÊNCIA

Kurt Schock (2013) define o termo *resistência civil* tanto para tratar da não violência pragmática em si quanto para nomear o campo de debate especificamente responsável por seus estudos. Segundo Schock, as raízes teóricas da nãoviolência podem ser atribuídas, no geral, ao pensamento de Mohandas Gandhi e aos primórdios da tradição anarquista. Nesse sentido, antes de tratar dos questionamentos atuais existentes na esfera de discussão em pauta, torna-se imprescindível discorrer mais detidamente sobre ambas as origens apontadas por Schock, a fim de melhor captar o *background* do âmbito de debate sobre a nãoviolência.

Voltando-se primeiramente ao pensamento anarquista, Kurt Schock (2013) inicia seu resgate das origens conceituais da atual concepção de nãoviolência reportando-se ao clássico texto **Resistência ao Governo Civil** (1849)⁵, de Henry David Thoreau. Contudo, é possível retornar até o

meio da *Opinião Indiana* a fim de providenciar uma palavra indiana mais apropriada para resistência passiva. [...]” (Gray & Hughes, 2015, p. 379-380).

⁵ Também conhecido hoje em dia com o nome de **Desobediência Civil**.

século XVI, quando Étienne de La Boétie deixou sua marca no desenvolvimento das correntes teóricas anarquistas com um texto basilar denominado **Discurso da Servidão Voluntária** (King, 2008). Juiz, diplomata, poeta, tradutor de filósofos como Plutarco e Xenofonte, além de amigo íntimo de Michel de Montaigne, Étienne de La Boétie forneceu sua maior contribuição ao conhecimento humano ainda jovem, durante sua graduação em direito pela Universidade de Orléans (Rothbard, 2012).

Elaborado provavelmente em 1552, seu escrito tem como *insight* fundamental a premissa de que todo empoderado depende do apoio dos submetidos ao respectivo poder para se manter em tal posição hierarquicamente privilegiada, daí a importância do consentimento para legitimar a autoridade. “[...] Boétie descreve o governante como a copa de uma árvore que morre quando as raízes (apoio popular) são rompidas. [...]” (King, 2008, p. 31); em outras palavras, apesar de sua autoridade e sua posição de poder, o governante depende do consentimento dos governados para manter a legitimidade e a sustentabilidade do seu governo perante a população. Nos dias atuais, tal visão acerca do poder e de suas implicações sociopolíticas está no núcleo da *teoria consentimental do poder* (Atack, 2006; Martin, 1989)⁶. Tal teoria, ordenada por Gene Sharp (1973), será pausadamente analisada na terceira seção do presente artigo.

A despeito da proximidade que as ideias de Étienne de La Boétie possuem com os pontos de vista do anarquismo, Murray Rothbard (2012) alerta que as análises presentes no **Discurso da Servidão Voluntária** se restringem a governos tirânicos, sendo construído intelectualmente a responsabilidade dos teóricos anarquistas a transposição do pensamento de La Boétie para o governo *per se*. Ainda assim, mesmo diante da impossibilidade de se classificar o autor francês do século XVI como anarquista,

[...] não é nenhuma surpresa o fato de que entre os defensores mais entusiasmados da desobediência civil em massa estavam os pensadores anarquistas, que simplesmente estenderam as análises e as conclusões de La Boétie do poder de governos tirânicos para o poder de qualquer governo. Entre os mais proeminentes anarquistas defensores da resistência nãoviolenta estavam Thoreau, Tolstoy e Benjamin R. Tucker, todos do século XIX, e todos, como era de se esperar, pertencentes à ala anarquista pacifista. Na verdade, Tolstoy, ao elaborar sua doutrina de anarquismo não violento, utilizou um grande trecho do Discurso como ponto primordial do desenvolvimento de seu argumento. [...] (Rothbard, 2012, p. 04-05).

⁶ Vale recordar que as relações de poder entre dominantes e dominados, bem como as problemáticas da autoridade, da legitimidade e do consentimento dos subordinados aos detentores do poder político, já eram temáticas caras a Nicolau Maquiavel (1469-1527). Tais temáticas manterão o protagonismo no pensamento político europeu dos séculos subsequentes com autores como Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

Tendo-se em mente a significância dos pressupostos contidos no **Discurso da Servidão Voluntária** para Lev Tolstoy e sabendo-se que ele e Mohandas Gandhi foram próximos, ao ponto de trocarem epístolas a respeito de suas concepções teóricas (King, 2008; Gray & Hughes, 2015), percebe-se a conexão existente entre as duas raízes da nãoviolência apontadas por Kurt Schock (2013).

Antes de se abordar o pensamento gandhiano, não se pode deixar de tecer alguns comentários sobre dois autores cronologicamente anteriores. De acordo com Schock (2013), o escritor e pacifista russo Lev Tolstoy, em seu **O Reino de Deus está em Vós** (1894), afirmava que seguir os mandamentos cristão seria mais eficiente para se chegar a uma melhor inter-relação entre os seres humanos do que guiar-se pelos dogmas religiosos ou pelas legislações estatais. Suas asserções tinham um caráter subjetivo e criticavam tanto a hipocrisia quanto a beligerância de instituições como a Igreja Católica e o Estado, propondo em contrapartida tanto a nãoviolência pautada em princípios espiritualistas e religiosos, quanto a não resistência passiva como forma de enfraquecer tais instituições.

Por seu turno, o naturalista e escritor estadunidense Henry Thoreau, no anteriormente citado **Resistência ao Governo Civil**, visualizava uma resistência ativa ao aparelho estatal, respaldada por pressupostos estritamente éticos e civis. Ainda que não tenha utilizado o termo *desobediência civil* em nenhum momento de seu texto, Thoreau advogava expressamente a desobediência dos cidadãos a leis ou políticas injustas, de modo nãoviolento e de acordo com o plano da consciência pessoal. Em decorrência, para o autor: “[...] Aqueles que, apesar de desaprovarem a natureza e as medidas de um governo, a ele são fiéis e lhe entregam seu apoio, sem dúvida constituem seu mais firme e consciente sustentáculo e, portanto, costumam ser o maior obstáculo para sua reforma. [...]” (Thoreau, 2012, p. 28-29).

Figura mais proeminente no rol da resistência civil em tempos modernos (Schock, 2013), Mohandas Gandhi nasceu na Índia colonial e educou-se no Reino Unido, então metrópole de sua nação de origem. Inserido no ambiente social indiano entre os séculos XIX e XX, no qual há muito estavam presentes valores culturais e religiosos que prezavam pela não violência (*ahimsa*), “[...] Gandhi moveu-se além da desobediência civil individual e percebeu que a resistência nãoviolenta poderia ser levada a cabo em campanhas coletivas para confrontar injustiças sociais, do nível local ao nacional. [...]” (Schock, 2013, p. 278).

A bibliografia especializada no pensador e ativista indiano divide-se em três ramos, os quais se subdividem internamente: o primeiro deles considera Gandhi um pensador proeminentemente ocidental, devido principalmente à sua educação britânica, estando as religiões orientais restritas a

complementar uma categorização central oriunda de seu extenso contato com a literatura europeia; o segundo ramo entende o Mahatma (*a grande alma*) indiano como filósofo eminentemente hinduísta e brâmane, cuja influência ocidental aparece somente em poucos aspectos de sua obra; já o terceiro deles considera Mohandas Gandhi como um teórico completamente híbrido, combinando tradições hindus e brâmanes com diversos conceitos provenientes da leitura de fontes ocidentais (Gray & Hughes, 2015).

Todavia, há de se recordar que autores do mesmo ramo híbrido, como Bhikhu Parekh (1989), Anthony Parel (2006) e Faraj Godrej (2006), possuem pontos de divergência sobre a maior ou menor influência de algumas fontes em certos conceitos e em determinadas teorizações construídas pelo pacifista e ativista indiano. Por um lado, reconhece-se aqui a multiplicidade de pontos de vista para tratar das principais ideias que influenciaram e nortearam o pensar de Mohandas Gandhi; por outro lado, foge ao escopo do presente trabalho tomar parte nas divergências mencionadas, porquanto a intenção aqui encontra-se menos em investigar as origens do pensamento de Gandhi e mais em compreendê-lo quando já estabelecido.

Seguindo as preocupações de Stuart Gray e Thomas Hughes (2015), percebe-se então a necessidade de se apontar primeiramente o grande impacto de LevTolstoy sobre as teorizações do Mahatma indiano. Em segundo lugar, os mesmos autores que afirmam um tardio interesse efetivo de Mohandas Gandhi pelas premissas hindus e brâmanes, também aceitam que grande parte de seu edifício conceitual deve muito aos seus elementos. Por fim, o original arcabouço metafísico resultante fornece as diretrizes para a ação política de Gandhi. Na prática, uma vez que todos são “partes da divindade” e igualmente capazes de devoção ao criador (*brahman*), a luta nãoviolenta (*satyagraha*) de Gandhi se refere à aplicação das forças do *self* transcendental ativo (*atman*) na realidade empírica, buscando transportar a igualdade espiritual interna dos indivíduos para o meio externo.

Segundo o pensador e ativista indiano, na medida em que a entidade metafísica individual absorvida pelo plano mundano (*jiva*) encontra os preceitos religiosos que o guiam à verdade (*truth*) e permitem o despertar de sua conexão pacífica com o todo (*ahimsa*), tal encontro faz com que o indivíduo gradativamente tome ciência da existência do ciclo de outras vidas (*samsara*) e passe a conhecer seu dever espiritual (*svadharma*) de enveredar pelo caminho da devoção (*bhakti-yoga*). A junção de conhecimento (*jnanayoga*), ação (*karmayoga*) e devoção (*bhakti*) à transcendência absoluta (*brahman*) permite, paulatinamente, a autonomia (*swaraj*) da entidade espiritual ativa (*atman*) (Gray & Hughes, 2015).

A partir de então, como desdobramento, cada *self* transcendental ativo (*atman*) possuiria internamente a noção moralmente correta de como se portar e agir no meio social. No enfoque coletivo, as entidades espirituais ativas (*atmans*) seriam capazes de se organizar em pequenas comunidades governadas no nível local, por meio de grupos popularmente eleitos (*panchayats*) e detentores das capacidades executiva, legislativa e judiciária. Por fim, como ideal societário do Mahatma indiano, ter-se-ia a disseminação de tais pequenas comunidades ao redor do globo conforme as entidades espirituais ativas (*atmans*) se tornassem autônomas (*swaraj*) e se aglomerassem, levando ao que se poderia chamar de “governo de deus na terra” (*ramarajya*) (Gray & Hughes, 2015).

Diferenciais de primeira grandeza tornam Mohandas Gandhi excepcional tanto para o escopo teórico quanto para a difusão prática da nãoviolência. No plano teórico, Gandhi combina e sistematiza com originalidade pressupostos idealistas e religiosos, tanto ocidentais e derivados principalmente da obra de Lev Tolstoy, quanto orientais e oriundos em sua maioria do Hinduísmo. No plano prático, o pacifista e ativista indiano transpõe tais valores espiritualistas de auto iluminação para um objetivo político de âmbito nacional, liderando ações nãoviolentas coletivas e de grande porte.

[...] Mais ainda, Gandhi claramente moveu-se para além do uso pragmático da resistência nãoviolenta como praticado em lutas nacionalistas e trabalhistas, fez uma relação consciente entre ação política de massa e o ideal da nãoviolência, e enfatizou a disciplina nãoviolenta. (Schock, 2013, p. 278).

Devido ao fenômeno deflagrado por Mohandas Gandhi na Índia, ao mesmo tempo que surgiram análises particulares das ideias de Gandhi e de suas consequências empíricas, enfocando as regras éticas partilhadas pelos grupos para o exercício da resistência política avessa à violência; Kurt Schock (2013) afirma que houve também uma preocupação em se identificar historicamente a magnitude do impacto de transformação social dum rol de ações políticas incomuns, que não envolviam violência física ou nem mesmo a ameaça da mesma. A partir de 1947, após o fim do processo de independência indiano, a nãoviolência passa a atrair atenção de ativistas, advogados, jornalistas, religiosos, além de originar um campo acadêmico ímpar, gradativamente concentrado nos seguintes países: Estados Unidos da América, Reino Unido, Índia, Austrália, Espanha, Noruega e Suécia.

3 AS FORMULAÇÕES EM TORNO DA NÃOVIOLÊNCIA: DUAS VERTENTES

Segundo os apontamentos de Kurt Schock (2013), a esfera de discussão da resistência civil compõe-se principalmente por acadêmicos, ativistas políticos das mais diversas profissões e praticantes da nãoviolência; ao mesmo tempo que, conforme visto na seção anterior, as raízes teóricas se reportam, em termos gerais, ao pensamento gandhiano e aos primórdios da tradição anarquista. Pode-se também delimitar um horizonte comum de parâmetros para pesquisas na área: (a) o agir nãoviolento representa uma posição distinta da violência e da política convencional; (b) ação violenta e ação nãoviolenta são quase sempre incompatíveis; (c) onde é possível mobilizar resistência violenta efetiva, é possível mobilizar resistência nãoviolenta efetiva; (d) reconhecimento de que os meios prefiguram os fins.

Na contramão dos consensos acima, a partir da década de 1960 tornam-se cada vez mais nítidas duas visões contrastantes que perpassam os trabalhos do campo de debate, expressando motivações, hipóteses e implicações divergentes em maior ou menor medida (Stiehm, 1968). De um lado, encontram-se aqueles que defendem uma *nãoviolência de princípios* (*principled nonviolence*), isto é, uma nãoviolência que seja fundamentada teoricamente em premissas religiosas ou metafísicas, responsáveis por guiar moral ou civicamente a utilização dos métodos de ação nãoviolenta; de outro lado, estão os que advogam uma *nãoviolência pragmática* (*pragmatic nonviolence*), ou seja, uma nãoviolência que seja embasada normativamente apenas em pressupostos racionais e materialistas, tornando livre da obrigatoriedade de preceitos filosóficos o uso das estratégias e das técnicas nãoviolentas (Clements, 2015; Schock, 2013).

No prisma de visão dos praticantes da nãoviolência de princípios, a ação direta deverá ser norteadas por pressupostos que transcendam a própria disputa política deflagrada pela ação nãoviolenta. As motivações que levam seus simpatizantes à ação política são eminentemente imateriais e importam mais do que um episódio singular de luta nãoviolenta, porque há um fim último e utópico para o conjunto das ações nãoviolentas executadas, como a aceitação coletiva de certos ideais transcendentais para elevação ética da humanidade ou a extinção da violência entre os seres humanos para a racional melhoria da coexistência em sociedade. Seja por temência a forças supra-humanas ou por julgarem-na irracional e desumana, a violência será quase sempre abandonada. Excepcionalmente, como derradeiro recurso para a proteção de inocentes, a violência poderá ter vez (Clements, 2015; Howes, 2013).

No outro lado da mesma moeda estão os adeptos da nãoviolência como um instrumento para a metamorfose da realidade histórica em momentos oportunos. Não são aspirações pré-concebidas que movem os apoiadores da nãoviolência pragmática às ruas, mas sim insatisfações de caráter

material e concreto. Nenhum tipo de filosofia de vida ou ideologia será previamente requisitada ao praticante da nãoviolência pragmática. Eis a acepção da nãoviolência pragmática nas palavras de Gene Sharp:

Ação nãoviolenta é um termo genérico que cobre dezenas de métodos específicos de protesto, não cooperação e intervenção, em todos os quais os agentes conduzem o conflito fazendo – ou se recusando a fazer – certas coisas sem usar violência física. Como uma técnica, portanto, ação nãoviolenta não é passiva. Não é inatividade. É uma *ação* que é nãoviolenta. [...] Qualquer que seja o caso, contudo, e qualquer que seja a escala do conflito, ação nãoviolenta é uma técnica pela qual pessoas que rejeitam passividade e submissão, e que veem a luta como essencial, podem ordenar seu conflito sem violência. Ação nãoviolenta não é uma tentativa de se esquivar ou ignorar o conflito. É *uma* resposta ao problema de como *agir* efetivamente na política, especialmente como exercer o poder efetivamente (Sharp, 1973, p. 64).

Mesmo após a repercussão dos escritos de Sharp, a nãoviolência de princípios não só manteve adeptos como continua advogando em favor da imprescindibilidade dos ideais contrários à violência como fundantes do sucesso da nãoviolência no longo prazo. Tomando emprestada a ótica avaliativa de Kevin Clements (2015), se a propagação da nãoviolência pragmática, tanto para outros campos acadêmicos, quanto para novos públicos fora da Academia, permitiu verificar que a realização empírica da nãoviolência tem se mostrado consistente no plano teórico e efetivo no plano empírico, seu uso instrumental com metas de curto prazo tem contribuído de modo ínfimo para o fim da violência nas relações sociais.

Citando nominalmente Gene Sharp e Kurt Schock e apontando criticamente o alto grau de utilitarismo presente nos argumentos levantados para justificar a resistência popular, Clements (2015) afirma que metas de longo prazo, como mudanças culturais e éticas das sociedades, requerem arcabouço idealista para orientar o agir nãoviolento e seus resultados. De outra forma, a ausência de princípios torna a nãoviolência próxima das estratégias, dos métodos e das ações violentas em seus objetivos e em suas consequências na realidade social. O corolário, alcançado por meio de ações nãoviolentas recorrentes, seria permitir que as pessoas retirassem gradualmente o apoio e a concordância em viver num ambiente respaldado pela violência e pela coerção, o que culminaria numa extensa e benéfica transformação social.

Em que pese a persistência dos argumentos teóricos propagados pelos defensores da nãoviolência de princípios, preocupados em mudanças sociais de grandes proporções e de profundas consequências para as inter-relações humanas, os estudos de Sharp desencadearam uma cisão na área do conhecimento que concentra pesquisas sobre a nãoviolência. É incontestável que o

ângulo de visão proposto pelo ativista e acadêmico estadunidense, sobretudo com a publicação de sua *magnum opus* de 1973, trouxe novo fôlego às reflexões dos interessados na temática em foco. Portanto, as próximas páginas serão direcionadas para a exposição do encadeamento argumentativo desenvolvido por Gene Sharp, sem descuidar das conexões entre o autor, seus trabalhos e a conjuntura na qual se inserem (Palonen, 2002; Silva, 2010).

3.1 UMA NOVA PERSPECTIVA PARA A NÃOVIOLÊNCIA

Nascido em 1928 no estado de Ohio, Estados Unidos da América (EUA), Gene Sharp formou-se em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Ohio em 1949, obtendo o título de Mestre já em 1951 com uma dissertação denominada **Non-Violence: A Sociological Study**. Conforme ressalta Thomas Weber (2003), Sharp demonstrava claramente a intenção de prosseguir em tal âmbito acadêmico, porquanto aprofundou seus estudos sobre o pensamento e as ações políticas de Mohandas Gandhi e concluiu seu primeiro livro manuscrito em 1953, **Gandhi Wieldsthe Weapon of Moral Power** – o qual seria publicado apenas em 1960. Ainda em 1953, devido à oposição pública e participação ativa em manifestações contrárias a Guerra da Coréia (1950-1953), Sharp passou nove meses preso em seu país de origem.

Em 1955 Gene Sharp tornou-se editor assistente de um periódico semanal pacifista chamado *Peace News*, com sede em Londres. Ocupou o cargo até 1958, o que lhe permitiu uma passagem pela Noruega para pesquisar o fenômeno nazista e entrevistar sobreviventes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Passou praticamente toda a década seguinte desenvolvendo estudos e teorizando a respeito da *satyagraha*, o que levou ao seu doutoramento em Teoria Política pela Universidade Oxford no ano de 1968. A fim de esclarecer melhor as inter-relações entre as visões de Mohandas Gandhi e Gene Sharp, Thomas Weber (2003) realiza uma divisão tripartite da trajetória percorrida por Sharp para a formulação de seu pensamento, avaliando detalhadamente a influência do legado de Gandhi, nome central para a nãoviolência de princípios, em tal processo.

Em sua fase inicial de atração pela nãoviolência, quando de sua graduação em 1949 e de seu mestrado em 1951, “o jovem Sharp” – nos termos de Thomas Weber (2003, p. 252) – surge como um seguidor dos ideais de Mohandas Gandhi, acreditando em seus preceitos transcendentais por entendê-los como parte de uma filosofia de vida, capaz de renovar a coletividade por meio de transformações subjetivas que levassem à abdicação do mal e da violência no interior dos próprios indivíduos (Weber, 2003).

Em um momento seguinte, já em meados da década de 1960 e durante seu doutorado, “o maduro Sharp” – novamente de acordo com a expressão de Weber (2003, p. 255) – abandona o idealismo e passa a defender o pensador e ativista indiano mais como um estrategista político, em oposição à compreensão do mesmo enquanto um pacifista ou espiritualista; o que se tratava, pela interpretação de Thomas Weber, de um processo de afastamento de Gene Sharp da corrente de pensamento *de princípios* da luta nãoviolenta, à qual ele anteriormente e vinculava (Weber, 2003).

A intensificação de tal processo levou a discordâncias insustentáveis diante daqueles que prezavam a elevação espiritual própria e também do adversário mais do que a conquista dos objetivos mundanos ou materiais traçados para a resistência política não violenta; tais circunstâncias encaminham Sharp a um terceiro momento, consolidado durante a década de 1970, no qual as menções do pensador e ativista indiano em seus escritos, antes muito frequentes, são reduzidas drasticamente. Nas palavras do próprio Sharp, transcritas por Weber: “Eu mudei várias ideias; às vezes eu as inverti. Eu descobri que pessoas não precisam crer corretamente para se engajar numa luta nãoviolenta.” (Weber, 2003, p. 259).

Em que pese sua indiscutível origem teórica na nãoviolência de princípios, o posicionamento assumido por Gene Sharp a partir da sua obra magna de três volumes, **The Politics of Nonviolent Action** (1973), acaba por consolidar o desafio político⁷ enquanto objeto peculiar de estudos no seio da nãoviolência (Schock, 2013; Weber, 2003). Não implica dizer que Sharp tenha inventado ou descoberto tal forma de pensar a nãoviolência; pelo contrário, exemplos de ação nãoviolenta despidas de fundamentação transcendental ou de disciplina ética já existiam na história de lutas nacionalistas e trabalhistas ao redor do planeta (Schock, 2013). Além do mais, Mohandas Gandhi já distinguia a nãoviolência em dois segmentos: “nãoviolência para o fraco” ou a luta nãoviolenta como técnicas para resistência contra a opressão; em contraponto à “nãoviolência para o forte” ou a luta nãoviolenta como estilo de vida permanente, envolvendo: autodisciplina, vida simples, busca interior pela verdade e a coragem para confrontar injustiça e opressão por meios nãoviolentos (Clements, 2015).

⁷ Termo preferencial de Sharp para se referir à resistência da população perante governos autoritários: “O termo usado neste contexto foi introduzido por Robert Helvey. “Desafio político” é luta nãoviolenta (protesto, não-cooperação e intervenção), aplicada desafiadora e ativamente para fins políticos. O termo surgiu em resposta à confusão e distorção criados por equiparação da luta nãoviolenta ao pacifismo e “não-violência” moral ou religiosa. “Desafio” denota uma oposição deliberada à autoridade, por meio de desobediência, não deixando espaço para submissão. “Desafio político” descreve o ambiente em que a ação é empregada (político), bem como o objetivo (poder político). O termo é usado principalmente para descrever a ação das populações para recuperar o controle de instituições governamentais através do ataque implacável às fontes de poder das ditaduras, e o uso deliberado de planejamento estratégico e operações para o fazê-lo. Neste trabalho, desafio político, resistência nãoviolenta e luta nãoviolenta serão usados como sinônimos, embora os dois últimos termos geralmente se refiram a uma gama mais ampla de objetivos (sociais, econômicos, psicológicos, etc.).” (Sharp, 2010, p. 07, nota de rodapé número um).

As grandes contribuições de Gene Sharp residem em sua longa pesquisa histórico-bibliográfica; em sua organização do extenso material encontrado; em sua sistematização das estratégias, dos mecanismos e dos métodos de nãoviolência que resiste ao passar do tempo; e em sua manifestação pública, por meio de livros e entrevistas, de que tais ferramentas de intervenção na realidade empírica podem ser eficazmente utilizadas por quaisquer pessoas devidamente instruídas para tanto (King, 2008; Martin, 1989; Martin, 2013).

Na avaliação de Sharp (1973), a preocupação em controlar o poder está no cerne das teorias e das práticas políticas que não pretendem extingui-lo, como é o caso do anarquismo. O autor, ao contrário dos anarquistas, considera o poder como inerente a praticamente todas as relações sociais e define *poder social* como a capacidade que indivíduos ou grupos possuem de controlar o comportamento de outros indivíduos e grupos da sociedade, por meio de atos que os afetem direta ou indiretamente. O *poder político* aparece então como “[...] um tipo de poder social que é aplicado (*wielded*) para objetivos políticos, especialmente por instituições governamentais ou pessoas em oposição a ou em apoio a tais instituições. [...]” (Sharp, 1973, p. 07), abrangendo também a autoridade, a influência, a pressão e a coerção que os empoderados podem empregar para resguardar seus interesses.

Logo, para Gene Sharp (1973), o poder político está assentado socialmente e seus detentores dependem da coletividade para manter seus cargos de mando. Eis porque o *insight* basilar de Étienne de La Boétie (2012) constitui-se como elemento-chave da teoria consentimental do poder. Tanto para Sharp quanto para La Boétie, todo tirano depende do apoio dos submetidos ao respectivo poder para se manter em tal posição hierarquicamente privilegiada, daí a importância do consentimento para tornar efetiva sua autoridade. Destarte, ao entrelaçar o político e o social intimamente, a teoria do poder pelo consentimento sustenta-se por basicamente dois alicerces: (a) a relação de poder entre dominantes e dominados, sendo os dominantes constituídos pelo grupo político governante, pelo aparato estatal e pelos partidários do governo, enquanto os dominados envolvem todos os demais membros da sociedade; (b) o consentimento da dominação efetivada pelos dominantes sobre os dominados, fincada socialmente por meio do hábito, de obrigações morais, do medo de represálias, por interesse próprio, identificação psicológica com o dominante, indiferença ou mesmo falta de autoconfiança para alterar o *status quo* (Sharp, 1973).

Visando evidenciar as raízes sociais do poder político, a teoria ordenada por Gene Sharp afirma então que o poder político não se configura monoliticamente nem reside em indivíduos ou posições de poder específicas, mas sim que o poder político é plural e encontra-se disseminado socialmente em vários grupos e organizações societárias de diversas localidades. Os métodos de ação

nãoviolenta configuram-se então como ferramentas para que agentes políticos retirem o consentimento da relação sociopolítica estabelecida entre dominantes e dominados, passando a usar a parcela de poder que possuem contra os dominantes. Como efeito, o pesquisador estadunidense estabelece uma teoria do poder na qual o poder político é sempre contingente e essencialmente dinâmico, requerendo dos empoderados constantes cuidados para manter suas posições hierarquicamente superiores (Martin, 1989).

A essência da teoria do poder de Sharp é bastante simples: pessoas na sociedade podem ser divididas entre governantes e populares; o poder dos governantes deriva do consentimento dos populares; ação nãoviolenta é um processo de retirada do consentimento e dessa forma é uma via para desafiar os modernos problemas-chave de ditadura, genocídio, guerra e sistemas de opressão. (Martin, 1989, p. 213).

A teoria organizada Sharp, que considera o poder como relacional e heterogêneo, fornece os pilares para a compreensão conceitual da disputa pelo poder político que as ações nãoviolentas deflagram no meio social. No entanto, por si só, ela não expressa o *modus operandi* da nãoviolência, nem demonstra como os resistentes podem se organizar, elencar os recursos disponíveis, planejar seus objetivos e executar as intervenções políticas por eles selecionadas para o embate nãoviolento. Quais os parâmetros normativos que balizam a preparação dos movimentos nãoviolentos para suas ações diretas, com a finalidade de elevar suas probabilidades de êxito? A próxima subdivisão do trabalho tem o intuito de responder a tal questionamento.

3.2 FUNDAMENTOS DA NÃOVIOLÊNCIA PRAGMÁTICA

Por definição, a nãoviolência pragmática diz respeito a um tipo específico de ação política, a qual não envolve violência física e ocorre fora dos parâmetros comuns de comportamentos políticos, econômicos e sociais. Consequentemente, o contexto interfere na qualificação de certas atitudes enquanto ação nãoviolenta, já que as variações nas legislações de diferentes localidades podem tornar a posse de determinado livro ou o uso de tal ou qual vestimenta um ato de resistência civil. Todavia, tais intervenções políticas extraordinárias podem ocorrer de modo a complementar e potencializar comportamentos políticos, econômicos e sociais legalmente aceitos em certa região, uma vez que um dado movimento social pode se valer de petições públicas e de ações judiciais ao mesmo em que realiza ocupações de prédios e interdições de vias em prol dum mesmo objetivo (Merriman, 2009).

Em circunstâncias de organização popular visando à transformação da realidade histórica, o movimento social e o governo desafiado disputarão o consentimento e a obediência da população, aspectos que podem ser classificados em seis pontos: *autoridade; recursos humanos; habilidades e conhecimentos; fatores intangíveis; recursos materiais; sanções* (Sharp, 1973). Cada um dos pontos será detidamente caracterizado a seguir.

Autoridade. Para que os membros de uma coletividade aceitem obedecer às autoridades civis e militares de seu respectivo Estado, há a necessidade de que tais autoridades sejam reconhecidas pelos cidadãos como legitimamente capazes de aplicar os poderes a elas conferidos. Em decorrência, trata-se de um meio altamente eficaz e de baixo custo financeiro ou material para influenciar os padrões de comportamento dos grupos sociais. Entretanto, deve-se ter em mente que a legitimidade não emana das ações ou dos cargos em si, mas sim do consentimento dos subordinados. Em última instância, são os sujeitos às autoridades que aceitam a representatividade, a legalidade e a capacidade dos encarregados de governar.

Recursos Humanos. Nada mais são do que o número de pessoas que obedecem a um indivíduo ou organização e sua importância no seio da comunidade. A quantidade e a abrangência da cooperação de indivíduos e grupos que estão auxiliando cada uma das partes em conflito interferem diretamente na capacidade de ordenação, coordenação e logística tanto do governo quanto do movimento de resistência civil.

Habilidades e Conhecimentos. Sabendo-se que o posicionamento dos indivíduos na hierarquia da sociedade, em grande medida, varia de acordo com sua contribuição para a manutenção dos sistemas que a sustentam, certos setores da sociedade detêm conhecimentos altamente relevantes para a continuidade dos serviços primordiais de um Estado. Não se trata agora de uma questão numérica, porquanto o impacto concreto de um general das forças armadas ou de um burocrata com acesso a informações sigilosas aderir à resistência pode até mesmo definir os rumos do conflito.

Fatores Intangíveis. Englobam um rol extenso de valores e símbolos culturais, religiosos e ideológicos que são caros aos integrantes da comunidade na qual se desenrola o desafio político. Os valores podem incluir a diferenciação entre homens e mulheres, o respeito e veneração pelos mais velhos e a crença de que o governo ou o próprio Estado tem o apoio de forças metafísicas. Por sua vez, os símbolos podem ser a bandeira, a moeda e o brasão nacional, uma planta ou uma flor identificada com a nação ou mesmo objetos do cotidiano que assumiram conotação simbólica e são capazes de se reportar ao ideário cultural e histórico da população. Frequentemente, os governantes

assumem posturas de incorporação de tais valores e proteção de tais símbolos para aumentar sua legitimidade perante os governados.

Recursos Materiais. Acesso que os governantes e os membros da resistência detêm ao dinheiro e ao sistema financeiro, à infraestrutura e às matérias primas, além de suas capacidades para manufatura, refinamento, transporte e comunicações. Também chamados de *fatores tangíveis*, tais recursos permitem tanto o fortalecimento das posições e das estratégias assumidas pelas partes em litígio, quanto que ambas obtenham o consentimento e a obediência de maior ou menor parcela da população.

Sanções. Utilizadas para forçar a obediência e reprimir potenciais dissidências, as sanções são entendidas enquanto capacidade de impor punições aos desobedientes, envolvendo tanto aspectos físicos como psicológicos. Contudo, o custo aos governos que recorrem a tais métodos para reforçar a obediência da sociedade, em termos de legitimidade e recursos materiais, costuma ser alto. Destarte, cabe aos movimentos sociais de resistência nãoviolenta buscar estratégias e táticas de ação para insistentemente e eficazmente desobedecer aos estadistas no poder, como greves e boicotes para minar os recursos materiais dos oponentes ou protestos e petições públicas que podem afetar a legitimidade dos mesmos.

Tais são as *fontes de poder* das autoridades, cujo controle permite a sustentação de um determinado governo no mando político de um Estado (Merriman, 2009; Sharp, 1973; Sharp, 2010). Sendo que a disputa entre movimento nãoviolento de resistência política e lideranças estatais contestadas pela população ocorre visando obter maior lealdade e consentimento da sociedade, em detrimento do adversário, torna-se fundamental aos resistentes obter o apoio não apenas de indivíduos isoladamente, mas principalmente de setores e grupos sociais. Portanto, o movimento deve identificar quais organizações e instituições da coletividade em que se insere, sejam elas governamentais ou não, detêm elementos que compõem as fontes de poder acima descritas. Os grupamentos significantes e influentes para a inter-relação entre Estado e sociedade civil são denominados como *pilares de apoio* (Sharp, 1973; Merriman, 2009).

Pilares de apoio concentram poder de acordo com os indivíduos que deles participam e, no caso dos governos, frequentemente executam tarefas fundamentais para a vida em sociedade, como as forças de segurança, o judiciário, a burocracia estatal e o sistema educacional. Além da importância de cada pilar para a continuidade do oponente em sua posição de mando, cabe aos participantes da resistência buscar avaliar “[...] quão leais são os membros de cada pilar ao oponente; por que os membros de cada pilar são obedientes ao oponente; e quais divisões, se há alguma, estão presentes em cada pilar ou entre diferentes pilares de apoio [...]” (Merriman, 2009, p.

21); com a finalidade de adquirir maior conhecimento acerca das características próprias de cada organização e de suas heterogeneidades internas. De posse das devidas informações, facilita-se a definição das melhores táticas de ação para aproveitar os recorrentes desacordos existentes entre os integrantes de grandes instituições e conquistar, quando não totalmente, ao menos alguns membros de habilidades ou cargos estratégicos à causa do movimento.

Já no caso de movimentos oposicionistas nãoviolentos, ainda que inicialmente possa não haver grandes instituições apoiando-os, com o tempo certas organizações tendem a prestar-lhe auxílio, como sindicatos, grupos de defesa dos direitos humanos e organizações não governamentais voltadas para a defesa dos direitos de minorias. Lembrando que a teoria do poder pelo consentimento afirma que o poder se encontra distribuído pela sociedade, os resistentes podem valer-se também dos *centros de poder democrático* (Sharp, 2010). Tais centros são organizações e grupos estabelecidos pela comunidade e mantidos sem a supervisão direta do Estado, permitindo melhor coordenação, comunicação e logística para os opositores ao regime. Sua autonomia e liberdade devem ser defendidas ou, caso tenham sido solapadas pelo autoritarismo do regime, gradativamente reconquista das pelos participantes do desafio político, pois são os centros de poder democrático que fornecem as “[...] bases institucionais e de grupo através das quais as pessoas podem exercer influência sobre os rumos da sua sociedade, e resistir a outros grupos ou ao governo quando eles são vistos como interferindo injustamente sobre os seus interesses, atividades ou finalidades. [...]” (Sharp, 2010, p. 20).

Muito bem, os integrantes do movimento nãoviolento precisam compreender as fontes do poder de seus governantes e os motivos pelos quais sua autoridade é considerada legítima. Como meta de suas ações políticas, deverão retirar o consentimento da população à legitimidade do poder dos estadistas por meio da alteração do comportamento de setores da sociedade, em especial aqueles que executam tarefas relevantes para a manutenção das autoridades públicas em seus cargos. Porém, como os ativistas podem intervir diretamente na realidade histórica, sem utilizar a violência e de modo bem-sucedido, ao ponto de fazer com que seu movimento social passe a obter maior apoio de parcela das organizações populares e das instituições estatais do que o governo? Em 1973, no segundo volume de **The Politics of Nonviolent Action**, Gene Sharp (1973) sistematizou e exemplificou uma lista de 198 possíveis métodos para tanto, a qual foi resumida posteriormente pelo próprio autor em seu **Da Ditadura à Democracia – Uma Estrutura Conceitual para a Libertação** (2010):

Cerca de duas centenas de métodos específicos de ação nãoviolenta foram identificadas, e há certamente dúzias de outros. Esses métodos são classificados em três grandes categorias: protesto e persuasão, não cooperação e intervenção. Métodos de protesto nãoviolento e persuasão são demonstrações largamente simbólicas, incluindo paradas, marchas e vigílias (54 métodos). A não cooperação é dividida em três subcategorias: (a) não cooperação social (16 métodos), (b) não cooperação econômica, incluindo boicotes (26 métodos) e greves (23 métodos), e (c) não cooperação política (38 métodos). A intervenção nãoviolenta, por meio psicológicos, físicos, sociais, econômicos ou políticos, tais como jejum, ocupação nãoviolenta, e governo paralelo (41 métodos), é o grupo final. [...] O uso de um número considerável desses métodos – cuidadosamente escolhidos, aplicados persistente e em grande escala, exercitados no contexto de uma estratégia sensata e táticas adequadas por civis treinados – pode, provavelmente, causar problemas graves a qualquer regime ilegítimo. Isso se aplica a todas as ditaduras. (Sharp, 2010, p. 24).

Da mesma forma que Gene Sharp reconhece a existência de outros métodos nãoviolentos por ele não identificados, também se faz necessário observar que a classificação do autor é uma de muitas possíveis. Kurt Schock (2005), por exemplo, adota uma perspectiva espacial e divide os métodos – que denomina *detáticas* – em dois grupos: *táticas de concentração*, como obstrução de vias públicas e ocupações de prédios públicos, nas quais as pessoas participam interagindo numa relativa proximidade física; *táticas de dispersão*, como boicotes de determinados produtos e faltas deliberadas ao trabalho, nas quais as pessoas participam da ação nãoviolenta de diferentes localidades. Logo abaixo, as três categorias propostas por Sharp aparecem definidas em seus pormenores.

Protesto e Persuasão. Consistem em atos de protesto contra o *status quo* social, os quais podem ser verbais, escritos ou simbólicos. Servem primordialmente para estabelecer as posições políticas do movimento nãoviolento e demonstrar quão disseminados socialmente estão seus posicionamentos. Por um lado, tais métodos não costumam gerar mudanças significativas no conflito, nem obter grandes conquistas contra adversários fortes e poderosos, principalmente por serem simples e não necessitarem de alterações substanciais no comportamento cotidiano de seus executores. Por outro lado, os mesmos métodos costumam ter relevância para mobilizar os membros da resistência civil, reduzir o apoio de determinados setores ao governo em xeque e mesmo trazer novos apoiadores ao desafio político (Merriman, 2009).

Não cooperação. Ações políticas que alterem deliberadamente o comportamento das pessoas em seu dia a dia, de modo que passem a negar obediência e cooperação aos estadistas ou às instituições caracterizadas como pilares de apoio ao governo. As três subcategorias dos métodos de não cooperação aparecem exemplificadas a seguir:

Não cooperação social: ostracismo, não comparecimento em eventos, desobediência social, abstenção, suspensão de atividades sociais (por exemplo, esportes, festivais, entre outras.).

Não cooperação econômica: boicotes de consumo, boicotes de venda, boicotes secundários, greves (limitadas, de redução da produção, gerais), abandono de cargo, relatar falsa doença, ficar em casa, recusar-se a pagar aluguel, saque de depósitos bancários, recusar-se a pagar impostos.

Não cooperação política: demissão, retirar-se ou recusar-se a participar de instituições ou programas governamentais, ocultar informações do governo (Merriman, 2009, p. 24).

Vários dos métodos em questão permitem que indivíduos de localidades distantes contribuam na oposição ao regime, difundindo a causa e as ações do movimento nãoviolento. Porém, sua eficácia depende, em grande medida, do número de pessoas que abandonem os padrões de comportamento socialmente esperados pelas repartições governamentais. Ademais ao caráter quantitativo, quanto maior a diversidade de setores societários e grupos sociais envolvidos, mais amplos e disseminados serão os prejuízos, em termos da perda de autoridade e legitimidade, aos governantes.

Intervenção. As intervenções nãoviolentas afetam diretamente atividades e funções do Estado, impactando diretamente na dinâmica sociopolítica da sociedade. Os exemplos vão desde o bloqueio de vias públicas e a ocupação de edifícios governamentais, até a criação de instituições paralelas e de uma segunda cúpula governamental. Embora normalmente envolvam alto risco de morte aos participantes, tais métodos podem ser aplicados por uma quantidade relativamente pequena de indivíduos e costumam trazer grandes avanços para a luta nãoviolenta dos opositores. “[...] Por exemplo, um *sit-in*⁸ bem divulgado de poucas pessoas respeitadas pode ter um impacto determinante numa luta.” (Merriman 2009, p. 25).

O emprego de cada um dos 198 métodos está diretamente relacionado com o contexto no qual transcorre o desafio político, a estratégia pré-estabelecida pelo movimento e o objetivo imediato planejado para a intervenção política em curso. Diante de tamanha complexidade das possibilidades de atuação na realidade sociopolítica, os interessados em aplicar a nãoviolência não devem optar pela simples reação às iniciativas da ditadura contra a resistência, mas sim tomar a ofensiva do enfrentamento de modo precisamente calculado. Devem aplicar a resistência civil passo

⁸ Expressão sem correspondente na língua portuguesa. Tendo por base a definição do Dicionário Cambridge (2016), trata-se de ir coletivamente a uma edificação pública e sentar-se no chão do ambiente, recusando-se a sair ou a permitir que as atividades do local voltem à normalidade até que esteja solucionada a situação responsável pelo protesto.

a passo, combinando estratégias prévias e ideias oportunas às alterações da conjuntura, sendo que as últimas devem sempre ser planejadas antes de sua execução.

Para tanto, o autor apresenta quatro níveis, apresentados aqui do mais abrangente ao mais pontual, para a realização de um planejamento estratégico consistente: *grande estratégia*, que engloba avaliar e preparar todos os recursos adequados e disponíveis para o movimento de resistência chegar à vitória; *estratégia* ou *plano estratégico*, referente ao planejamento de como deverá se desenvolver a campanha, partindo do estabelecido no item anterior e visando definir etapas ao processo de desafio político, cada qual com seus próprios objetivos particulares; *tática*, diz respeito a um curso de ação limitado que, por meio de atos específicos, tem por finalidade preparar e executar uma estratégia dentre as pré-determinadas na grande estratégia; *método*, meios de ação próprios e armas específicas para levar a cabo cada tática prevista no plano estratégico(Sharp, 2010).

De acordo com os autores citados até então, no decorrer do desafio político, os planos e os atos de um movimento de resistência nãoviolenta deverão ocasionar mudanças de comportamento em indivíduos e grupos da comunidade, em especial naqueles que compõem as instituições mantenedoras dos serviços básicos da sociedade. Em tal conjuntura de embate, na qual estratégias, táticas, logísticas e sanções nãoviolentas estarão em prática, as pretendidas alterações comportamentais de setores sociais poderão ocorrer por meio de quatro diferentes processos, denominados pela literatura especializada de *mecanismos de mudança* (Ackerman & Kruegler, 1994; Merriman, 2009; Schock, 2007; Sharp, 1973; Sharp, 2010):

Conversão. Conjuntura na qual os alvos do desafio político acabam convencidos, por via argumentativa, moral, emocional ou atitudinal, a adotar o ponto de vista dos resistentes. Costuma ocorrer mais facilmente quando não há grandes diferenças sociais, culturais, étnicas, religiosas ou de renda entre as partes envolvidas. Ainda que raramente, no caso do uso da resistência popular para mudanças políticas profundas, a conversão pode se dar com participantes de setores-chave do governo, fortalecendo os resistentes numa proporção suficiente para torná-los politicamente mais fortes do que seus adversários. Porém, ao ponto de deliberadamente voltarem-se contra a manutenção de seu *status quo* social, somente setores sociais menos ativos politicamente ou partes menos favorecidas dos quadros governamentais tendem a mudar seu ponto de vista e seu comportamento.

Acomodação. Quando as circunstâncias não levaram a uma nova forma de pensar por parte dos adversários, mas os mesmos decidem ser menos custoso ceder a algumas reivindicações do movimento de resistência civil do que manter a defesa da posição assumida anteriormente. Trata-se

de uma mudança de comportamento pautada em decisões de custo-benefício material, não implicando em concordância de ideias entre as lideranças não violentas e seus contrários. Portanto, negociações muitas vezes precedem o mecanismo de acomodação, principalmente se a resistência civil ocorreu visando alterar problemas que não são fundamentais numa sociedade, como no caso de greves trabalhistas ou desobediência social contra uma lei em particular. Num lado, se as demandas dos adversários forem minimamente aceitáveis e, noutro lado, se o conflito alterou a relação de forças políticas em prol do movimento, torna-se possível então negociar um acordo entre as partes em litígio.

Coerção Não violenta. Situações nas quais as mudanças políticas buscadas pelo movimento não violento são conquistadas contra a vontade de seus adversários e por meio de efetiva disputa política, econômica e social. No caso de um desafio político de grandes proporções, as intervenções dos resistentes ocasionam uma adesão massiva de pessoas e agrupamentos às causas do movimento não violento, levando a um crescimento do número de organizações e instituições fornecendo diversos tipos de apoio à luta não violenta. De tais circunstâncias podem se desdobrar três diferentes cenários: (a) as forças de segurança perdem a capacidade de repressão aos resistentes devido à abrangência social obtida pela resistência popular; (b) as autoridades perdem a disposição de continuar com a repressão ao movimento não violento; (c) as fontes de poder dos mandatários são afetadas e seus pilares de apoio passam a falhar em suas atividades de sustentação das posições de mando, comprometendo a cadeia de comando da burocracia estatal, das forças de segurança ou de outros serviços básicos da sociedade. Consequentemente, no decorrer da luta não violenta, os opositores paulatinamente impõem um esvaziamento de poder e legitimidade que impede os governantes alcançarem satisfatoriamente suas metas contra o desafio político.

Desintegração. Contexto em que a coerção não violenta não somente incapacita o governo de manter-se e efetivar suas ordens, mas também elimina seus pilares de apoio, fazendo com que muitas das instituições estatais deixem de existir na prática. Resultado da aplicação máxima dos métodos não violentos, a desintegração pode desembocar num vácuo de poder político e numa ruptura da ordem social previamente estabelecida pelo regime deposto. Tais situações costumam ser problemáticas e devem ser evitadas pelo movimento de resistência civil, pois possibilitam a tomada do poder político por parte de forças sociais antipáticas aos resistentes, como partidos políticos extremistas que tenham se mantido mobilizados durante o desafio político ou exércitos de outros Estados.

Realça-se que os mecanismos de mudança apresentados não são excludentes e podem acontecer simultaneamente, tanto em diferentes setores da sociedade quanto no seio de única

instituição societal. Afinal, a esporádica reinterpretação da situação política no decorrer da resistência civil pode não apenas apontar para qual dos quatro mecanismos a luta se encaminha, como também auxiliar em uma possível redefinição dos planos estratégicos, fortalecendo sobremaneira a grande estratégia adotada pelos opositores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se tratar da nãoviolência pragmática, deve-se ter sempre em mente que ações nãoviolentas são meios ativos e diretos de transformação sociopolítica. Ato afirmativo e assertivo, sua aplicação empírica se respalda na noção de que o poder não está em cargos específicos ou indivíduos especiais, mas sim de que o poder provém da população e se encontra disseminado principalmente em grupos e organizações societais. Em última instância, um movimento de resistência nãoviolenta desafiará a legitimidade e a capacidade dos indivíduos momentaneamente detentores dos cargos de mando, intentando mudanças dos padrões de comportamento e obediência das coletividades que compõem a sociedade. Seu objetivo será alterar as relações de poder político entre e no seio de grupos e instituições sociais, agindo para convencer e trazer seus integrantes para colaborar na luta nãoviolenta pelas metas almejadas.

Conquanto não exista dúvida a respeito da validade de tal acepção para a resistência civil, faz-se imprescindível mencionar que sua aceitação sem ressalvas engloba somente a nãoviolência pragmática, pois a mesma não passou sem críticas por parte dos pesquisadores que se mantiveram na vertente da nãoviolência pragmática. Embora vistos por seus adeptos como desdobramentos positivos, especialmente por permitirem maior facilidade de difusão, acesso, mobilização e aplicação da luta nãoviolenta (Schock, 2013; Weber, 2003), os parâmetros racionais e materialistas que sustentam o desafio político de Gene Sharp são tidos por Michael Nagler (2004) e Kevin Clements (2015), defensores da ação nãoviolenta respaldada por princípios, como simples ferramentas de uso instrumental que raramente levam a melhorias sociais no longo prazo.

Finalmente, corroborado pela presença interna de duas perspectivas para a nãoviolência, não há como negar que o atual campo da resistência civil é dual em tal sentido (Stiehm, 1968). Por tudo isso, afirma-se aqui que a resistência popular pode ser alternativamente entendida e praticada por seus adeptos de acordo com as seguintes questões: *primeira* – de caráter filosófico – presença ou ausência de princípios religiosos e transcendentais ou de ideais éticos e cívicos, responsáveis por guiar o entendimento do mundo sociopolítico no qual o movimento social com alicerces na nãoviolência encontra-se imerso; *segunda* – de caráter pragmático – percepção de que o uso de

estratégias, métodos e mecanismos da nãoviolência exige menor esforço e dispêndio de recursos, configurando melhor meio de enfrentar instituições que se fundamentam na violência; *terceira* – referente ao contexto histórico e à conjuntura política – as metas empíricas, de cunho econômico, político e social, traçadas pelos membros da resistência nãoviolenta, visando alterações efetivas no *status quo* da distribuição de poder vigente na sociedade em que os resistentes estão inseridos.

Lembrando que a História dos Conceitos, para confrontar uma percepção mecânica e exageradamente filosófica das obras, propõe uma interligação válida entre realidade empírica, universo teórico e uso dos conceitos de acordo com o tempo histórico tratado (Palonen, 2002; Silva, 2010); procurou-se aqui delimitar os principais embasamentos e as recentes problemáticas comuns a um tema que, apesar de possuir um campo próprio de estudos e dialogar com outras áreas da Academia, extrapola em muito o circuito acadêmico por ser abordado e interpelado constantemente por ativistas, advogados, jornalistas, religiosos e demais interessados no potencial transformador da ação nãoviolenta.

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, Peter; KRUEGLER, Christopher. “Chapter 2: The Principles of Strategic Nonviolent Conflict”. In: _____. **Strategic Nonviolent Conflict: The Dynamics of People Power in the Twentieth Century**. Westport: Praeger, 1994.

ATACK, Iain. “Nonviolent Political Action and The Limits of Consent”. **Theoria**. Nova Milford, n. 111, p. 87-107, 2006.

BOÉTIE, Étienne. **Discurso da Servidão Voluntária**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises – Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/EbookChapter.aspx?id=445>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

BOND, Doug. “4 – Nonviolent Direct Action and the Diffusion of Power”. In: WEHR, Paul; BURGESS, Heidi; BURGESS, Guy (Eds.). **Justice Without Violence**. Boulder: Lynne Rienner, 1994.

CAMBRIDGE DICTIONARY. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. Disponível em: <<http://dictionary.cambridge.org/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

Brazilian Journal of Development

CLEMENTS, Kevin. “Principled Nonviolence: An Imperative, Not an Optional Extra”. **Asian Journal of Peacebuilding**. Seul, v. 03, p. 1-17, 2015. Disponível em: <http://tongil.snu.ac.kr/ajp_pdf/201505/01_Kevin%20P%20Clements.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

DAHL, Robert. **A Democracia e seus Críticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DAHL, Robert. “Democratização e Oposição Pública”. In: _____ **. Poliarquia e Oposição**. São Paulo: Editora USP, 2005.

GODREJ, Farah. “Nonviolence and Gandhi’s Truth: A Method for Moral and Political Arbitration. The Review of Politics”. **The Review of Politics**. Notre Dame, v. 68, p. 287-317, 2006. Disponível em: <http://users.polisci.wisc.edu/avramenko/methods/godrej_gandhi.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

GRAY, Stuart; HUGHES, Thomas. “Gandhi’s Devotional Political Thought”. **Philosophy East and West**. Honolulu, v. 65, p. 375-400, 2015. Disponível em: <<http://www.tmhughes.org/wp-content/uploads/2015/05/Gandhis-Devotional-Political-Thought.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

HOWES, Dustin. “The Failure of Pacifism and the Success of Nonviolence”. **Perspectives on Politics**. Cambridge, v. 11, p. 427-446, 2013.

KING, Mary. “Nonviolent Struggle in Africa: Essentials of Knowledge and Teaching”. **Africa Peace and Conflict Journal**. Cidade Colón, v. 01, p. 19-44, 2008. Disponível em: <http://www.africa-peace.org/images/pdfs/APCJ%20Vol%201%20No%201-ecopy/APCJ_Dec2008_Vol1_Num1.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

LÜCHMANN, Lígia. “Associações, Participação e Representação: Combinações e Tensões”. **Lua Nova**. São Paulo, n. 84, p. 353-364, 2011.

MARTIN, Brian. “Gene Sharp’s Theory of Power”. **Journal of Peace Research**. Oslo, v. 26, p. 213-222, 1989.

MARTIN, Brian. “Paths to Social Change: Conventional Politics, Violence and Nonviolence”. In: SUMMY, Ralph (Ed.). **Nonviolent Alternatives for Social Change**. Oxford: Eolss Publishers, 2006.

MARTIN, Brian. “The politics of Gene Sharp”. **Gandhi Marg**. Nova Délhi, v. 35, p. 201-230, 2013.

Brazilian Journal of Development

MCCARTHY, Ronald; KRUEGLER, Christopher. **Toward Research and Theory Building in the Study of Nonviolent Action** (Monograph Series n.7). Boston: Instituto Albert Einstein, 1993.

MERRIMAN, Hardy. "Theory and Dynamics of Nonviolent Action". In: STEPHAN, Maria (Ed.). **Civilian Jihad: Nonviolent Struggle, Democratization, and Governance in the Middle East**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009.

NAGLER, Michael. **The Search for a Nonviolent Future: A Promise of Peace for Ourselves, Our Families, and Our World**. Makawao: Inner Ocean Pub, 2004.

PALONEN, Kari. "The History of Concepts as a Style of Political Theorizing: Quentin Skinner's and Reinhart Koselleck's Subversion of Normative Political Theory". **European Journal of Political Theory**. Londres, v. 01, p. 91-106, jul/2002.

PAREKH, Bhikhu. **Gandhi's Political Philosophy: A Critical Examination**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1989.

PAREL, Anthony. **Gandhi's Philosophy and the Quest for Harmony**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

PATEMAN, Carole. "Teorias recentes da democracia e o 'mito clássico'". In: PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ROTHBARD, Murray. "A Filosofia Política de Étienne de La Boétie". In: BOÉTIE, Étienne. **Discurso da Servidão Voluntária**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises – Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1197>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

SCHOCK, Kurt. "Nonviolent Action and Its Misconceptions: Insights for Social Scientists". **PS: Political Science and Politics**. Washington, v. 36, p. 705-712, 2003. Disponível em: <https://peacelearner.files.wordpress.com/2011/04/schock_nonviolent_action_misconceptions.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

SCHOCK, Kurt. "Nonviolent Social Movements". In: RITZER, George (Ed.). **The Blackwell Encyclopedia of Sociology**. Oxford: Blackwell, 2007.

SCHOCK, Kurt. "The Practice and Study of Civil Resistance". **Journal of Peace Research**. Oslo, v. 50, p. 277-290, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/258155481_The_practice_and_study_of_civil_resistance>. Acesso em: 12 jul. 2016.

Brazilian Journal of Development

SCHOCK, Kurt. **Unarmed Insurrections: People Power Movements in Nondemocracies**. Mineápolis: University of Minnesota Press, 2005.

SHARP, Gene. **Da Ditadura à Democracia**. Boston: Instituto Albert Einstein, 2010.

SHARP, Gene. **The Politics of Nonviolent Action**. Boston: Porter Sargent Publishers, 1973.

SILVA, Ricardo. “O Contextualismo Liguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo”. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 53, p. 299-335, 2010.

STIEHM, Judith. “Nonviolence is Two”. **Sociological Inquiry**. Ypsilanti, v. 38, p. 23-30, 1968.

SZEP, Jason (Ed.). **Chronology – Myanmar’s troubled political history**. Reuters: World News. Edição: Índia, 2010. Disponível em: <<http://in.reuters.com/article/idINIndia-52282220101019>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

THOREAU, Henry. **Desobediência Civil**. Cidade do México: Tumbona Ediciones, 2012.

URBINATI, Nadia. “O que Torna a Representação Democrática?”. **Lua Nova**. São Paulo, n. 67, p. 191-228, 2006.

WEBER, Thomas. “Nonviolence is Who? Gene Sharp and Gandhi”. **Peace & Change**. Pocatello, v. 28, p. 250-270, 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/229964472_Nonviolence_Is_Who_Gene_Sharp_and_Gandhi>. Acesso em: 12 jul. 2016.